

**SECRETARIA-GERAL**  
**COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

---

**EDITAL DE LICITAÇÃO SEI Nº 1733868/2024/CPL**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90018/2024

TIPO: MENOR PREÇO

Unidade Compradora (UASG) 925040

O Ministério Público do Estado de Rondônia, doravante denominado MPRO, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº **19.25.110001003.0004690/2024-70** e através do seu pregoeiro e equipe de apoio, nomeados pela Portaria nº 730/2023-PGJ, datada de 15/05/2023, torna público aos interessados que realizará, por meio de sistema eletrônico, licitação na modalidade Pregão Eletrônico, tipo MENOR PREÇO, com AMPLA PARTICIPAÇÃO objetivando a **contratação de empresa prestadora de serviços de seguros para cobertura dos veículos da frota do Ministério Público do Estado de Rondônia.**

**1. DISPOSITIVOS LEGAIS**

1.1. O presente procedimento licitatório será regido pela Lei Complementar nº 123/2006, Leis Federais nº 14.133/2021 e 12.846/2013, bem como pela Lei Estadual nº 2.414/2011, pelo Decreto Estadual nº 28.874/2024, pelas Resoluções nº 16/2023-PGJ e nº 22/2023-PGJ, pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022 e legislações pertinentes.

**2. DISPOSIÇÕES GERAIS**

2.1. Esta licitação será realizada em sessão pública, por meio da utilização de recursos da Tecnologia da Informação – INTERNET, utilizando-se, para tanto, de métodos de autenticação de acesso e recursos de criptografia, garantindo segurança em todas as fases do certame.

2.2. Os trabalhos serão conduzidos por servidor público, integrante do quadro efetivo deste Órgão, designado por ato interno, denominado pregoeiro, e membros da equipe de apoio, previamente credenciados no aplicativo Comprasnet – SIASG, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI, gerenciadora do Sistema, constante da página do [Compras.gov.br](http://Compras.gov.br).

**3. OBJETO**

3.1. A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa prestadora de serviços de seguros para cobertura dos veículos da frota do Ministério Público do Estado de Rondônia, para atender às necessidades do Ministério Público do Estado de Rondônia, conforme solicitação contida no Processo Administrativo citado na ementa, com descrição e qualificação na forma do ANEXO IV – Termo de Referência deste edital.

3.2. Os resultados desta licitação serão divulgados no site do Ministério Público do Estado de Rondônia – MPRO ([www.mpro.mp.br](http://www.mpro.mp.br)) e no site do Comprasnet – SIASG.

**4. REALIZAÇÃO DA SESSÃO DE DISPUTA**

4.1. A sessão pública desta licitação será aberta com a abertura das Propostas de Preços recebidas e início da etapa de lances, de acordo com o disposto na Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, no endereço eletrônico, data e horário abaixo discriminado:

**Endereço eletrônico:** [Compras.gov.br](http://Compras.gov.br), Comprasnet SIASG.

4.2. Abertura da sessão pública: às **09h30min do dia 25 de julho de 2024** (horário de Brasília - DF).

4.3. A licitante deverá observar, rigorosamente, as datas e o horário limite para o recebimento de proposta e documentos e a abertura da sessão pública, bem como para o início da disputa.

4.4. Todas as referências de tempo no edital, no Aviso de Licitação e durante a sessão pública, observarão rigorosamente o horário de Brasília – DF, e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

**5. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

5.1. As despesas decorrentes da execução do presente processo licitatório correrão pelo Programa de Trabalho nº 29.012.03.122.1280.2002, Natureza de Despesa nº 33.90.39.69.

## **6. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

6.1. Poderão participar desta licitação os interessados que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes neste edital e seus anexos.

6.2. Todos os lotes (ou itens) do Anexo I deste edital são de AMPLA PARTICIPAÇÃO, garantidas as prerrogativas de tratamento diferenciado a Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP), previstas na Lei Complementar nº 123/2006.

6.3. Não poderão participar da presente licitação as pessoas físicas ou jurídicas:

- a) que possuam ramo de atividade registrado no ato constitutivo incompatível com o objeto desta licitação;
- b) constituídas sob a forma de sociedades cooperativas;
- c) que, em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;
- d) em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
- e) que, por quaisquer motivos, tenham sido declaradas inidôneas por órgão da Administração Pública Direta ou Indireta, nas esferas Federal, Estadual ou Municipal, ou que tenham sido punidas com impedimento de licitar e contratar por órgão da Administração Pública do Estado de Rondônia, desde que o Ato tenha sido publicado na imprensa oficial ou registrado no SICAF, conforme o caso, pelo órgão que o praticou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição;
- f) estrangeiras que não funcionem no País;
- g) que tenham como sócios, gerentes, diretores ou empregados, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de servidores ocupantes de cargo em comissão ou função gratificada, ou Membros integrantes do MPRO devendo apresentar a declaração a esse respeito, de acordo com a Resolução nº 22/2023-PGJ (modelo de declaração no ANEXO III deste edital);
- h) que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste edital, tenham sido condenadas judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- i) que não se enquadrem na condição de ME/EPP, quando exigido para o item em disputa (conforme subitem 6.2 deste edital).

6.3.1. Nesta licitação, não poderão usufruir dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 as empresas enquadradas como ME/EPP que, no corrente ano, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como EPP (R\$ 4.800.000,00), devendo a licitante apresentar declaração de observância desse limite junto com a proposta.

6.4. Não poderá participar direta ou indiretamente desta licitação ou do fornecimento de bens e serviços a ela necessários, servidor ou dirigente do MPRO.

6.4.1. Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o servidor ou dirigente e a licitante ou responsável pelos serviços, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários.

6.4.2. O disposto no subitem anterior aplica-se ao pregoeiro e aos membros da equipe de apoio.

6.5. Somente poderão participar desta licitação empresas cujas inscrições no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF – estiverem em plena validade, nos termos da Instrução Normativa nº 3, de 26/04/2018, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, e que atenderem a todas as exigências constantes deste edital e seus anexos.

## **7. DO CREDENCIAMENTO**

7.1. Para a utilização do sistema eletrônico, o interessado deverá acessar o site [Compras.gov.br](http://Compras.gov.br) e se cadastrar no SICAF, conforme estabelecido pela Instrução Normativa nº 3, de 26/04/2018, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, para obter chave de identificação e senha pessoal para que o fornecedor participe de Pregões e Cotações Eletrônicas realizadas pelo sistema do Comprasnet.

7.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

7.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes à licitação.

7.4. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao MPRO responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

7.5. A perda da senha ou quebra do sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio do acesso.

7.6. Incumbirá ainda a licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

## **8. DO ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS**

8.1. Após a divulgação do edital no endereço eletrônico [Compras.gov.br](http://Compras.gov.br), as licitantes deverão encaminhar suas propostas exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e hora marcadas para abertura da sessão quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.

8.2. A proposta deverá conter as informações necessárias, no espaço reservado pelo sistema eletrônico, dos objetos ofertados nos termos especificados por este edital e o preço representativo do valor dos itens, nos moldes do contido no sistema eletrônico.

8.3. Não serão aceitas propostas que, mesmo após a realização de diligências, permaneçam em desconformidade com as regras definidas neste edital.

8.4. O prazo de eficácia da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos a contar da data de sua apresentação. Esse prazo ficará suspenso pela interposição de recurso.

8.5. Até a abertura da sessão, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

8.6. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados, que não tenham sido objeto de desclassificação no julgamento das propostas, por caracterizarem preço inexequível, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo o fornecimento ser realizado sem ônus adicionais.

8.7. Em nenhuma hipótese poderão ser alteradas as condições de pagamento, prazos ou outra qualquer, que importe modificação dos termos da proposta apresentada, salvo no que tange aos preços ofertados, os quais poderão ser reduzidos quando da fase de lances do certame.

8.8. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8.9. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, os lances inseridos durante a sessão pública, assim como as declarações de que tratam este edital.

8.10. Não serão aceitos pedidos de desistência de propostas, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

8.11. A participação no pregão dar-se-á por meio da digitação da senha privativa da licitante e subsequente encaminhamento das propostas de preços que ocorrerá até a data da abertura da sessão do pregão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

8.12. A proposta de preço da licitante melhor classificada, contendo as especificações detalhadas do objeto ofertado, deverá ser formulada e enviada por meio do sistema eletrônico, em campo próprio, **no prazo máximo de 02 (duas) horas**, atualizada em conformidade com os lances eventualmente ofertados. A critério do pregoeiro, poderá ser solicitada cópia autenticada ou originais dos documentos enviados, a serem encaminhados no prazo máximo de 03 (três) dias. Havendo qualquer fato que impeça o envio de documentos pelo sistema eletrônico, estes poderão ser enviados no e-mail [cpl@mpro.mp.br](mailto:cpl@mpro.mp.br).

8.13. Os prazos contidos no item 8.12 serão aplicados, da mesma forma, aos documentos de habilitação da empresa melhor classificada após a fase de lances, quando solicitados na fase de habilitação.

8.14. O prazo máximo de duas horas, previsto no item 8.12 deste edital, será aplicado aos documentos complementares necessários ao julgamento da proposta e à habilitação, quando solicitados após a fase de lances.

8.15. Passado o prazo de convocação previsto no item 8.12 acima (máximo 02 horas), a licitante que, convocada, não apresentar a proposta comercial atualizada, bem como, os documentos de habilitação e eventuais documentos solicitados para complementar a proposta ou a habilitação, será desclassificada ou inabilitada, conforme o caso.

## **9. DO PROCEDIMENTO, DO MODO DE DISPUTA E DA FORMULAÇÃO DE LANCES**

9.1. A partir do horário previsto no item 4.2 deste edital, terá início a sessão pública, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas e efetuar a sua classificação.

9.2. Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances.

9.2.1. Os lances deverão ser formulados em relação ao preço ofertado para cada item desta licitação. O sistema efetuará a classificação final considerando o MENOR PREÇO, conforme o critério de julgamento previsto neste edital.

9.3. A licitante poderá oferecer lance superior ao menor lance registrado, desde que inferior ao último ofertado por ele.

9.4. No julgamento de classificação e aceitação das propostas, será adotado o critério de MENOR PREÇO POR ITEM, conforme a classificação de propostas, efetuada pelo sistema eletrônico.

- 9.5. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 9.6. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará a autora dos lances às demais participantes.
- 9.6.1. Durante o transcurso da sessão pública o pregoeiro enviará mensagens, via *chat*, às licitantes, mas essas só poderão se comunicar com o pregoeiro por iniciativa deste, após o encerramento da fase de lances.
- 9.7. Caso haja desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances, retornando o pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.
- 9.8. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes.
- 9.9. Esta licitação será processada pelo modo de disputa **ABERTO e FECHADO**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, e intervalo mínimo de R\$ 10,00 (dez reais) entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta, e a etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de quinze minutos. Encerrado esse prazo, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.
- 9.9.1. Encerrado o prazo aleatório, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 9.9.1.1. No procedimento de que trata este subitem, a licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 9.9.2. Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições aqui previstas, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.
- 9.9.3. Encerrados os prazos estabelecidos para o lance final, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantagem.
- 9.10. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão aplicados os critérios de desempate previsto no artigo 60 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 9.11. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o pregoeiro encaminhará pelo sistema eletrônico contraproposta a licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, a fim de que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas estabelecidas neste edital.
- 9.11.1. A negociação será executada por meio do sistema eletrônico, e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 9.12. Se a proposta ou lance de menor valor ofertado não for aceitável, ou se a licitante desatender as exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.
- 9.13. Caso não sejam apresentados lances, serão aplicados os critérios de desempate previsto no artigo 60 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 9.14. Encerrada a etapa de lances da sessão pública, o pregoeiro efetuará consulta no SICAF a fim de verificar os documentos por ele abrangidos e a validade das certidões necessárias à habilitação, e, caso a empresa apresente pendências no referido cadastro, será analisada a documentação enviada via sistema eletrônico.
- 9.14.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão solicitados à empresa e deverão ser enviados no prazo previsto no item 8.12 deste edital.
- 9.15. Quando for o caso, o envio postal da proposta e da documentação de habilitação, em original ou autenticada, deverá ser em envelope lacrado, contendo no frontispício os seguintes dizeres:

AO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES – CPL  
PROPOSTA COMERCIAL E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90018/2024 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/2024

- 9.16. Os documentos a serem apresentados para cumprimento desta exigência são os relacionados no item 11 – DA HABILITAÇÃO deste edital.
- 9.17. Ao apresentar sua proposta e ao formular lances, a licitante assume que o objeto ofertado deverá atender às especificações constantes do ANEXO IV – Termo de Referência deste edital.
- 9.18. Constatando o atendimento das exigências fixadas no edital, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço.

9.19. Não serão admitidos cancelamentos, retificações de preços ou alterações nas condições estabelecidas, uma vez abertas as propostas. Os erros ou equívocos e omissões havidos nas cotações de preços, serão de inteira responsabilidade da licitante, não lhe cabendo no caso de erro para mais e posterior desclassificação, qualquer recurso, nem tampouco, em caso de erro para menos, eximir-se do fornecimento do objeto da presente licitação.

## 10. DAS PROPOSTAS COMERCIAIS

10.1. A proposta de preços atualizada, a ser enviada após a etapa de lances, deverá ser apresentada, preferencialmente, na forma do ANEXO II deste edital, redigida em papel timbrado da licitante, por meio mecânico ou informatizado, de forma clara e inequívoca, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, assinada na última folha e rubricada nas demais pelo titular ou representante legal da licitante, devidamente identificado, em estrita observância às especificações contidas neste edital, constando, obrigatoriamente:

- a) indicação do nome ou razão social da licitante, número do CPF/CNPJ, endereço completo, telefone, fax, banco, agência, conta, responsável com CPF e endereço eletrônico de correspondência (e-mail ou outra forma), para contato;
- b) prazo de pagamento de até 30 (trinta) dias, após entrega total e definitiva da Fatura/Nota Fiscal, na forma do Item 16 – DO PAGAMENTO, deste edital;
- c) prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias consecutivos da data da sua apresentação;
- d) dados do representante legal (nome, número de identidade e do CPF), com poderes específicos para assinar o termo de compromisso/contrato, conforme minuta anexa a este edital.
- e) preço fixo e irrevogável;
- f) declaração de que, no corrente ano, não tenha celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como EPP (art. 4º, § 2º, da Lei nº 14.133/2021), caso a empresa se enquadre na condição de ME/EPP;
- g) declaração de que sua proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta.

g) declaração de que sua proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta.

10.1.2. Os modelos de declaração prevista nas alíneas “f” e “g” constam no ANEXO II (modelo de proposta comercial) deste edital.

10.1.3. A falta de declaração prevista na alínea “g” deste subitem acarretará a desclassificação da licitante, nos termos previstos no art. 63, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

10.2. A licitante poderá incluir em sua proposta, dados de caráter exclusivamente técnicos sobre o objeto ofertado, bem como informações que não constem em seu catálogo, entretanto necessárias ao julgamento objetivo, conforme especificações do serviço ou do material solicitado.

10.3. A proposta apresentada e os lances formulados deverão incluir todas e quaisquer despesas necessárias para fornecimento do objeto desta licitação, tais como: tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais, parafiscais, fretes, seguros, mão de obra qualificada, deslocamentos e hospedagens, e demais despesas inerentes, devendo o preço ofertado corresponder, rigorosamente, às especificações do objeto licitado, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.

10.4. Não será aceita cobrança posterior de qualquer tributo ou assemelhado adicional, salvo se alterado ou criado após a data de abertura desta licitação e que venha expressamente a incidir sobre o objeto desta licitação, na forma da lei.

10.5. Os tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais e parafiscais e custos que sejam devidos em decorrência direta ou indireta do fornecimento do objeto desta licitação, serão de exclusiva responsabilidade do contribuinte, assim definido na Norma Tributária, neste caso, a licitante.

10.6. a licitante melhor classificado, A CRITÉRIO DO PREGOEIRO, poderá ser convocado a apresentar no prazo previamente estipulado, durante a sessão pública virtual, MAIORES INFORMAÇÕES sobre o objeto ofertado ou sobre a documentação apresentada. A empresa que não apresentar as informações dentro do prazo solicitado poderá ser desclassificada.

10.6.1. Quando solicitados, **os documentos com informações da(s) licitante(s) melhor classificada(s) serão encaminhadas pelo sistema eletrônico ou, quando se tratar de objeto físico, ao Ministério Público do Estado de Rondônia**, CNPJ nº 04.381.083/0001-67, aos cuidados da Comissão Permanente de Licitação, no endereço constante no item 14.9 deste edital.

10.6.2. Caso a empresa convocada não entregue as informações, atrase a entrega sem justificativa aceita pelo pregoeiro ou, ainda, as entregue em desacordo com o que for solicitado, terá sua proposta desclassificada quando, então, será facultado ao MPRO convocar outra(s) empresa(s), obedecida a ordem de classificação, para apresentação de maiores informações para verificação, sem afetar a aplicação de penalidades decorrente da sua ação ou omissão.

10.6.3. As eventuais despesas com o envio das informações previstas neste item deverão ser suportadas pela própria licitante interessada.

10.7. Observado o disposto no art. 64 da Lei nº 14.133/2021, o pregoeiro, na fase de julgamento, poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação, devendo as licitantes atenderem às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação.

10.8. Caso exista algum fato que impeça a participação de alguma licitante, ou o esta tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, este será desclassificado do certame, sem prejuízo das sanções cabíveis.

## 11. DA HABILITAÇÃO

11.1. Os documentos necessários à habilitação deverão estar com prazo vigente, à exceção daqueles que por sua natureza, não contenham validade, e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia, ou por publicação em órgãos da imprensa oficial, não sendo aceitos “protocolos” ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos neste edital.

11.2. Para habilitação nesta licitação será exigida a seguinte documentação:

### 11.2.1. **Habilitação Jurídica:**

a) Registro na Junta Comercial, no caso de empresa individual, com demonstração atualizada dos objetos sociais, indicando ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado ou inscrito, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a demonstração do ramo de atividades compatível com o objeto desta licitação, bem como a última alteração social. Não será aceita a Certidão Simplificada da junta Comercial para substituir o contrato social;

c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

### 11.2.2. **Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:**

a) Prova de inscrição no Cadastro e Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante;

d) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

e) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação de Certificado de Regularidade de Situação/CRF;

f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

g) Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, mediante apresentação da declaração prevista no item 11.2.6, “b”, deste edital.

11.2.2.1. Para efeito de comprovação de regularidade fiscal, social e trabalhista será admitida certidão positiva com efeito de negativa.

11.2.2.2. Durante a análise dos documentos de habilitação, se detectada(s) certidão(ões) de regularidade fiscal, social e trabalhista vencida(s), o pregoeiro realizará consulta na internet para obtenção de certidão(ões) atualizada(s).

### 11.2.3. **Qualificação Econômico-Financeira:**

a) Balanço Patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais (ou do último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de dois anos, ou balanço de abertura das licitantes que iniciaram suas atividades neste ano), já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, assinado pelo contabilista regularmente habilitado e pelo representante da empresa legalmente constituído, vedada a sua substituição por balancetes ou balanço provisório. Observe que os balanços poderão ser remetidos ao Conselho Regional de Contabilidade para verificação de sua regularidade. Entende-se por “na forma da lei” o seguinte:

- **Quando S.A.:** balanço patrimonial devidamente publicado no Diário Oficial ou Jornal de grande circulação;

- **Quando outra forma societária:** balanço patrimonial devidamente autenticado ou registrado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, conforme preceitua o Código Civil Brasileiro (art. 1.179) e Instrução Normativa nº 82/2021, do Departamento de Registro Empresarial e Integração (DREI), ou por cópia do Livro Diário, devidamente autenticado ou registrado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, acompanhada obrigatoriamente dos Termos de Abertura e de Encerramento do Livro em questão.

b) O cálculo para análise de balanço será feito da seguinte forma:

b.1. Índice de Liquidez

b.1.1. Liquidez Corrente: Este quociente oferece o grau de solvência da empresa no interregno de no máximo 2 (dois) anos. O ideal é que este quociente seja superior a 1 (um). Quando for igual ou superior a 1 (um), evidenciará que a entidade possui recursos, no Ativo Circulante, suficientes para cobrir as obrigações de curto prazo, caso contrário encontra-se numa situação de insolvência.

Fórmula: Ativo Circulante

## Passivo Circulante

b.1.2. Índice de Liquidez Geral: Este índice oferece uma visão global do grau de solvência da empresa, mostra a existência ou não de recursos financeiros necessários para cobrir os compromissos assumidos com terceiros no prazo mínimo de 2 (dois) anos. Quando este quociente for igual ou superior a 1 (um) poder-se-á afirmar, em princípio, que a entidade encontra-se satisfatoriamente estruturada do ponto de vista financeiro. Por outro lado, quando a empresa apresentar o índice inferior a 1 (um) pode-se dizer que a entidade se encontra em situação de insolvência.

$$\text{Fórmula: } \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

b.1.3. Índice de Solvência Geral: Este índice irá indicar a capacidade financeira da empresa, após converter em dinheiro todo o seu Ativo (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo + Ativo Permanente), para pagar todos os seus compromissos a longo prazo (Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo). O ideal é que para cada R\$ 1,00 (um real) de Ativo Total convertido em dinheiro, seja suficiente para pagar R\$ 1,00 (um real) de Exigível Total, demonstrando o limite financeiro mínimo para não incorrer em insolvência.

$$\text{Fórmula: } \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

b.1.4. Na aplicação das fórmulas anteriormente mencionadas não será habilitada a empresa que:

- a) apresentar Índice de Liquidez Geral inferior a 1 (um);
- b) apresentar Índice de Liquidez Corrente inferior a 1 (um);
- c) apresentar Índice de Solvência Geral inferior a 1 (um).

b.1.5. As empresas que atingirem os índices previstos no subitem b.1.4 deste edital, deverão comprovar possuir patrimônio líquido mínimo igual a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, conforme determinação prevista no art. 69, § 4º da Lei nº 14.133/2021, sob pena de inabilitação.

b.1.6. As empresas com menos de dois exercícios financeiros devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso.

11.2.3.1. Por se tratar de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como ME ou EPP, a apresentação de Balanço Patrimonial, conforme inciso III do art. 70, da Lei nº 14.133/2021 e art. 3º do Decreto Federal nº 8.538/2015.

11.2.4. Ressalvada a exceção prevista no subitem 11.2.3.1 deste edital, as licitantes declarantes ME/EPP deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de habilitação, inclusive os documentos de regularidade fiscal, mesmo que estes apresentem alguma restrição, caso em que, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da declaração de vencedor, para a regularização do(s) documento(s), podendo tal prazo ser prorrogado por igual período, a critério do MPRO (conforme artigo 43 da Lei Complementar nº 123/06).

11.2.4.1. A não comprovação da regularidade fiscal até o final do prazo estabelecido implicará na decadência do direito de contratação, sendo facultado ao MPRO convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

11.2.5. Os documentos descritos acima nos itens 11.2.1, 11.2.2 e 11.2.3 serão substituídos pelo SICAF, caso as empresas possuam o referido cadastro e o mesmo esteja em situação plenamente legal quanto à validade dos documentos na data da realização da sessão.

11.2.5.1. Exceção feita à certidão exigida na alínea “f” do subitem 11.2.2, pois ainda que a informação conste do SICAF ou a própria licitante apresente certidão, o pregoeiro efetuará consulta para emissão de certidão atualizada no momento da habilitação.

### 11.2.6. Declarações:

11.2.6.1. Além do preenchimento obrigatório das declarações constantes do sistema eletrônico Comprasnet, a licitante deve apresentar declaração de cumprimento da Resolução nº 22/2023-PGJ junto com os documentos de habilitação (modelos no ANEXO III deste edital).

### 11.2.7. Qualificação técnica:

a) Pelo menos 01 (um) Atestado de capacidade técnico-operacional relativo ao(s) item(ns) em que estiver concorrendo, em nome da licitante, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado no qual comprove a prestação do serviço ou fornecimento do material similar ao objeto deste certame. O atestado emitido por Pessoas Jurídicas de direito privado deverá conter o nome completo do signatário e número do Cadastro de Pessoa Física, estando as informações ali contidas sujeitas à verificação de sua veracidade na fase da licitação.

a.1) A empresa cujos dados cadastrais no SICAF incluam o fornecimento de bem ou a prestação de serviço compatível com o objeto licitado, terá sua capacidade técnica presumida.

**11.2.7.1. Comprovar autorização para funcionamento** nos termos da seção II do capítulo VII do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966 – Sistema Brasileiro de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

11.3. A habilitação dos participantes, quanto à existência de qualquer impedimento ou suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual de Rondônia ou declaração de inidoneidade, será verificada nos seguintes sistemas/cadastros, sem prejuízo dos demais documentos exigidos neste edital:

a) CEIS - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e CNEP – Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Portal da Transparência do Governo Federal <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes>);

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do CNJ – Conselho Nacional de Justiça ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

c) Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual (Portal da Transparência do Estado de Rondônia (<https://transparencia.ro.gov.br/Fornecedor/EmitirCertidao>);

d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (<http://www.tst.jus.br/certidao>);

e) Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

11.4. Todos os documentos exigidos poderão ser apresentados por meio de cópias, podendo ser solicitada oportunamente a comprovação de sua autenticidade. A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente do MPRO, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal, conforme artigo 12, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

11.5. A documentação exigida deverá ter validade no mínimo até a data prevista para a sessão pública virtual, observado o disposto no art. 64 da Lei nº 14.133/2021. Se o prazo de validade das Certidões não estiver expresso, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias consecutivos, excluindo-se nesta contagem o dia da emissão/expedição (o primeiro dia na contagem do prazo de validade é o seguinte à sua emissão).

11.6. A licitante deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação (INSS, FGTS, Tributos Federais, Estaduais, Municipais, Certidão de Negativa de Débito Trabalhista, e outras solicitadas no edital para fins de habilitação) e qualificação exigida na licitação.

## **12. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO**

12.1. O pregoeiro/agente de contratação efetuará o julgamento das propostas pelo critério tipo MENOR PREÇO POR ITEM, observados os parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e demais condições definidas neste edital.

12.1.1. O pregoeiro, conjuntamente com o setor requisitante, verificará a(s) proposta(s) apresentada(s), e desclassificará, motivadamente, aquela(s) que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital.

12.1.2. Não serão aceitas propostas com valores superiores aos constantes no ANEXO I – Planilha de Preços Máximos deste edital.

### **12.2. Serão desclassificadas as propostas:**

a) que não atendam às exigências deste edital e seus anexos ou que apresentem dispositivos contrários à lei e à regulamentação vigente;

b) que contiverem preço condicionado a prazos, vantagens de qualquer natureza ou descontos não previstos nesta licitação, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido;

c) que forem omissas, vagas, apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento, bem como as que apresentarem preços ou vantagens baseados nas ofertas de outras licitantes;

d) que ofertem preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles irrisórios ou de valor zero, ou que não venham a ter a sua viabilidade demonstrada através de documentação que comprove que os custos dos serviços são coerentes com os de mercado;

e) que apresentem proposta alternativa;

f) cuja empresa convocada não apresente as informações complementares ou amostras solicitadas ou as apresente fora do prazo estipulado, ou cujas amostras do produto ofertado tenham sido reprovadas.

12.3. O critério de aceitabilidade dos preços propostos será o da compatibilidade com os preços de mercado, conforme estimativa de preços do MPRO.

12.4. No caso de divergência entre valores unitários e os totais, prevalecerão os primeiros.

12.5. O desatendimento de exigências formais, sendo estas não essenciais, não importará no afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição de sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, sempre assegurando a todas as licitantes a paridade de tratamento neste aspecto.

12.6. O pregoeiro e sua equipe de apoio obedecerão, na execução dos seus trabalhos, aos trâmites e procedimentos estabelecidos nas alíneas abaixo:

- a) o pregoeiro examinará a compatibilidade do preço ofertado pela licitante melhor classificada, analisando os preços praticados para essa espécie de contratação no âmbito da Administração Pública e as condições atuais de mercado, de acordo com as informações constantes dos autos. Não sendo aceito, o pregoeiro, por intermédio do sistema eletrônico, encaminhará contraproposta objetivando a redução do valor ofertado;
- b) o pregoeiro poderá solicitar a comprovação documental idônea da exequibilidade da proposta que apresente preços globais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero (exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da própria licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração) ou com grande disparidade entre o valor ofertado e aquele estimado pelo MPRO.
- c) as causas de oscilações de mercado que provoquem a diminuição do percentual de descontos deverão ser comprovadas pela licitante interessada, ainda na fase de negociação com o pregoeiro;
- d) não sendo compatível o preço e havendo recusa de contraproposta, por parte da licitante, o pregoeiro recusará sua proposta e direcionará a contraproposta à licitante imediatamente classificada, e assim sucessivamente, até a obtenção de preço julgado aceitável.

### **13. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**

13.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicação do objeto e a homologação do presente certame.

### **14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E RECURSOS**

14.1. Até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura do certame, qualquer pessoa poderá impugnar este edital ou solicitar esclarecimento sobre os seus termos, encaminhando seus questionamentos ao e-mail [cpl@mpro.mp.br](mailto:cpl@mpro.mp.br), dirigido ao pregoeiro.

14.1.1. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será processada e julgada na forma e no prazo previsto no parágrafo único do art. 164 da Lei nº 14.133/2021.

14.1.2. Acolhida a impugnação contra o edital, será designada nova data para a realização do certame.

14.2. A entrega da proposta, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente edital, implicará na plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.

14.3. Dos atos do pregoeiro neste processo licitatório cabe recurso, a ser interposto no final da sessão, mediante registro de intenção de recorrer. Os procedimentos para interposição de recurso, compreendida a manifestação prévia da licitante, durante a sessão pública, o encaminhamento de memorial e de eventuais contrarrazões pelas demais licitantes, serão realizados exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico, nos formulários próprios.

14.4. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, no prazo de até 10 (dez) minutos, conforme previsão do artigo 40 da Instrução Normativa nº 73/2022.

14.5. Recurso contra decisão do pregoeiro terá efeito suspensivo.

14.6. O acolhimento do recurso importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.7. Os recursos e contrarrazões de recurso deverão ser dirigidos ao pregoeiro que, se não reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, submeterá o recurso, devidamente informado, à consideração da autoridade superior competente, que proferirá decisão definitiva no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

14.8. Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os que forem enviados fora do sistema eletrônico.

14.9. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na sala da Comissão Permanente de Licitação, localizada no edifício sede do Ministério Público do Estado de Rondônia, na rua Jamari, nº 1555, Torre II, 2º andar, sala 208, bairro Olaria, CEP 76.801-917, telefone (0xx69) 3216-3853/3969/3974, na cidade de Porto Velho – RO.

### **15. DA EXECUÇÃO DO OBJETO**

15.1. Para a execução do objeto previsto neste edital a licitante vencedora da licitação deverá observar e cumprir todas as condições, procedimentos, prazos e demais exigências previstas no ANEXO IV – Termo de Referência deste edital e no futuro contrato.

15.2. A não observância do subitem 15.1 sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital, sem prejuízo das demais cominações legais aplicáveis conforme a legislação vigente.

### **16. DO PAGAMENTO**

16.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega do objeto, com recebimento definitivo e, mediante a apresentação da seguinte documentação:

- a) Nota Fiscal/Fatura discriminativa, em via única, devidamente atestada;
- b) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- c) Certidão de Regularidade de FGTS;
- d) Certidão de quitação de Tributos Estaduais e Municipais, do domicílio ou sede da contratada;
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

16.1.1. Para fins do disposto neste subitem serão admitidas certidões positivas com efeito de negativa.

16.1.2. As certidões previstas nas alíneas “b” a “e” do subitem 16.1 poderão ser consultadas pelo próprio contratante, por meio da internet.

16.2. Caso a contratada se encontre pendente de liquidação de qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, o poderá rescindir o contrato.

16.3. A contratada fica obrigado a consignar o número da inscrição do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia – TCE/RO junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ - 04.801.221/0001-10) na Nota Fiscal eletrônica (NF-e), conforme exigência da Lei Estadual nº 3.490, de 23 de dezembro de 2014.

16.3.1. A inscrição do CNPJ do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia pode ser incluída no campo "Observações" ou "Dados Adicionais/Informações Complementares" da Nota Fiscal.

16.4. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a licitante vencedora não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

**EM** = Encargos moratórios;

**N** = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

**VP** = Valor da parcela a ser paga.

**I** = Índice de compensação financeira = 0,00032876, assim apurado:

$$I = (TX) \cdot I = (12/100) \cdot I = 0,00032876$$

365 365

**TX** = Percentual da taxa anual = 12%.

16.5. Em caso de não aprovação da Nota Fiscal, por motivo de incorreção, rasuras ou imprecisão, será ela devolvida à contratada para a devida regularização, caso em que o prazo referido no subitem 16.1 deste edital passará a fluir após a reapresentação da Nota Fiscal devidamente corrigida.

## **17. DA EXTINÇÃO DO CONTRATO**

17.1. O contrato poderá ser extinto na forma e na ocorrência de qualquer das hipóteses dos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.

## **18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

18.1. No processo de aplicação de sanções, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, facultada defesa prévia do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da respectiva intimação.

18.2. Pela prática de infrações administrativas, o MPRO poderá, nos termos do artigo 156 da Lei nº 14.133/2021, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa, aplicar à licitante ou contratada as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa;

c) impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública do Estado de Rondônia;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

18.3. A sanção de advertência será aplicada exclusivamente quando a contratada der causa à inexecução parcial do contrato.

18.4. A contratada que der causa à inexecução parcial do contrato também estará sujeito à multa de mora de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, limitado a 30 (trinta) dias, sobre o valor do contrato, a qual será recolhida no prazo máximo de quinze dias, uma vez comunicada oficialmente.

18.4.1. Transcorrido o prazo máximo de 30 (trinta) dias de atraso, o MPRO poderá extinguir o contrato.

18.5. Será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total, ou em caso de negativa de assinatura do termo contratual por parte da licitante vencedora, a ser recolhida no prazo de quinze dias, contado da comunicação oficial.

18.6. a licitante ou a contratada que der causa à inexecução total ou parcial do contrato que cause grave dano ao MPRO, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; não entregar a documentação exigida neste edital; não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, no âmbito do Estado de Rondônia, pelo prazo de até 03 (três) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste edital e cominações legais aplicáveis.

18.7. A declaração de inidoneidade será aplicada quando constatada má-fé, ação maliciosa e premeditada em prejuízo do MPRO, atuação com interesses escusos, reincidência em faltas que acarretem prejuízo ao MPRO ou aplicações anteriores de sucessivas outras sanções, implicando proibição da contratada penalizada de transacionar com a Administração Pública, podendo ainda ser aplicada, dentre outros casos, quando:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;
- e) demonstrar, a qualquer tempo, não possuir idoneidade para licitar ou contratar com o MPRO, em virtude de atos ilícitos praticados;
- f) reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução do objeto, sem consentimento prévio do MPRO;
- g) houver ocorrência de ato capitulado como crime pela Lei nº 14.133/2021, praticado durante o procedimento licitatório, que venha ao conhecimento do MPRO após a assinatura do contrato;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

18.7.1. A declaração de inidoneidade também será aplicada na ocorrência das infrações previstas no subitem 18.6 deste edital, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar.

18.7.2. A declaração de inidoneidade impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

18.8. As sanções estabelecidas nas alíneas “a”, “b” e “c” do subitem 18.2 deste edital são da competência do Secretário-Geral do MPRO.

18.9. A sanção estabelecida na alínea “d” do subitem 18.2 deste edital é da competência do Procurador-Geral do MPRO, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis da abertura de vista.

18.10. A aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do subitem 18.2 deste edital requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a licitante ou a contratada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

18.10.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, a licitante ou a contratada poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

18.10.2. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

18.11. É admitida a reabilitação da licitante ou contratada perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II - pagamento da multa;

III - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste subitem.

18.11.1. A sanção aplicada por apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou por prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato, bem como pela prática de ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846/2013, exigirá, como condição de reabilitação da licitante ou contratada, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

18.12. As sanções de multa podem ser aplicadas juntamente com a de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, descontando-a do pagamento a ser efetuado.

18.13. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da contratada o valor devido será abatido da garantia, quando houver. Sendo a garantia insuficiente, o valor será cobrado administrativa e/ou judicialmente.

18.14. As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF e no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep).

18.15. Serão remetidas cópias dos processos administrativos dos fornecedores que sofrerem sanção administrativa passível da inserção no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual à Controladoria Geral do Estado de Rondônia, nos termos da Lei nº 2.414/2011.

## **19. DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO**

19.1. Reserva-se o MPRO o direito de revogar o presente processo licitatório, em razão de interesse público, decorrente de fato superveniente relacionado ao objeto licitado.

19.2. A presente licitação poderá ser anulada, no todo ou em parte, a qualquer tempo, pela simples constatação de fato superveniente, no caso de surgimento de vícios insanáveis, fato que não gerará direito à indenização, salvo se verificada a hipótese do artigo 149, da Lei nº 14.133/2021.

## **20. DAS OBRIGAÇÕES**

20.1. Além das obrigações previstas no ANEXO IV, a empresa vencedora obriga-se a cumprir os itens a seguir.

20.1.1. Refazer ou substituir, às suas expensas, o serviço ou o material/objeto que for entregue em desacordo ao firmado no contrato.

20.1.2. Obedecer às discriminações estabelecidas nas especificações de cada item.

20.1.3. Responsabilizar-se por todo o processo logístico e operacional decorrente da execução do objeto ofertado, sem nenhum ônus adicional para o contratante.

20.1.4. Garantir a qualidade dos bens e serviços fornecidos, sob pena de sofrer rejeição ou troca em caso de descumprimento às especificações contidas neste edital e seus anexos.

20.1.5. Responsabilizar-se por eventuais danos ou acidentes causados, direta ou indiretamente, ao MPRO ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo de seus representantes, empregados, prepostos e/ou fornecedores em virtude do objeto ofertado, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização e o acompanhamento pelo MPRO.

20.1.6. Comunicar ao MPRO, antes de expirado o prazo de execução, anexando documentação comprobatória, a ocorrência de casos fortuitos prejudiciais à execução do objeto.

20.1.7. Incluir na proposta apresentada todos os custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de qualquer imposto, taxa, contribuições, fretes e obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias a que estiver sujeito, e percentuais de descontos concedidos.

20.1.8. Manter, durante toda a vigência contratual, as mesmas condições de regularidade fiscal e trabalhista exigidas e apresentadas na assinatura do instrumento contratual.

20.1.9. Responsabilizar-se técnica e administrativamente pelo objeto contratado, não sendo aceito, sob qualquer pretexto, a transferência de responsabilidades a outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

20.1.10. Cumprir outras obrigações constantes do contrato.

20.2. A Contratada não será responsável:

20.2.1. Por qualquer perda ou dano resultante de caso fortuito ou de força maior.

20.2.2. Por quaisquer obrigações, responsabilidades, trabalhos ou serviços não previstos neste edital.

20.3. Além das obrigações previstas no ANEXO IV, o MPRO obriga-se a:

20.3.1. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitir o acesso dos funcionários da contratada às dependências do MPRO.

20.3.2. Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado.

20.3.3. Fornecer Atestados de Capacidade Técnica quando solicitado, desde que atendidas as obrigações contratuais.

20.3.4. Receber pedidos de prorrogação de prazo, desde que, encaminhados à Secretaria-Geral e solicitados com, pelo menos, 10 (dez) dias do vencimento do prazo de entrega do objeto, ou seja, com tempo hábil a sua análise e deliberação.

20.3.5. Aceitar pedidos de prorrogação devidamente documentados, onde constem motivos para o mesmo e com documentos hábeis a comprovar a necessidade de tais pedidos.

20.3.6. Enviar as notas de empenho por qualquer meio eletrônico, ou pessoalmente, conforme o caso, onde estará registrado o telefone utilizado, nome da licitante e o funcionário que efetuou o recebimento. A partir disto, inicia-se o prazo de entrega do objeto licitado.

## **21. DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

21.1. A licitante vencedora fica obrigada a aceitar os acréscimos e supressões que o MPRO, a seu critério e de acordo com sua disponibilidade orçamentária e financeira, determinar, no valor inicial atualizado do objeto adjudicado, respeitado o limite de até 25% (vinte e cinco por cento) previsto no artigo 125 da Lei nº 14.133/2021.

21.2. Fica facultada a supressão além do limite aqui previsto, mediante acordo entre as partes, através de aditamento.

## **22. DA PRESTAÇÃO DE GARANTIA**

22.1. Fica a contratada obrigada a prestar garantia, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, em uma das modalidades previstas no § 1º do citado artigo, ficando retida até o término dos serviços.

22.2. Caberá à contratada optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

b) seguro-garantia;

c) fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;

d) Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

22.2.1. Caso opte por uma das modalidades previstas nas alíneas “a” e “c” do subitem anterior, a contratada deverá prestar a respectiva garantia no prazo de 15 (quinze) dias a partir do recebimento da ordem de serviço ou nota de empenho.

22.2.2. Caso opte pela modalidade prevista na alínea “b” do subitem anterior, a licitante vencedora deverá prestar a respectiva garantia no prazo de 01 (um) mês contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, conforme previsto no artigo 96, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

### **23. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

23.1. Ao participar da licitação, a licitante declara sob as penalidades da lei, da inexistência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial ou econômica, financeira ou trabalhista, entre si e os responsáveis pela licitação, quer direta ou indiretamente.

23.2. A participação da licitante no certame e a apresentação de proposta a esta licitação implica na aceitação integral e irrevogável dos termos deste edital e seus anexos.

23.3. Poderão ser admitidos, pelo pregoeiro, erros de natureza formal, desde que não comprometam o interesse público e do MPRO.

23.4. A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo o MPRO revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público derivadas de fato superveniente comprovado, ou anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado, disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação.

23.5. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação da licitante que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a extinção do contrato, sem prejuízo de demais sanções cabíveis.

23.6. É facultado ao pregoeiro, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

23.7. As licitantes intimadas para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.

23.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão de sua proposta.

23.9. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas às licitantes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Rondônia.

23.10. Os casos omissos no presente edital serão resolvidos pelo pregoeiro com base na legislação vigente.

23.11. Para contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando explicitamente disposto em contrário, ou seja, quando contiver expressamente outra forma de contagem ou ainda a expressão “dias úteis”. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente normal no MPRO.

23.12. Fica designado o foro da cidade de Porto Velho, Capital de Rondônia – Brasil, para julgamento de quaisquer questões judiciais resultante deste edital, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

23.13. Quaisquer dúvidas surgidas quanto a este processo licitatório poderão ser sanadas pelos telefones 0-xx-69-3216-3853/3216-3969 ou pelo e-mail: [cpl@mpro.mp.br](mailto:cpl@mpro.mp.br).

23.14. Esta licitação é condicionada aos princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, da transparência, da eficácia, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade, do desenvolvimento sustentável, e aos que lhes são correlatos.

23.15. As normas que disciplinam esta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as licitantes, desde que não comprometam o interesse do MPRO, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.16. Os participantes de licitação têm direito público subjetivo à fiel observância do procedimento estabelecido na legislação aplicável, podendo qualquer interessado acompanhar o seu desenvolvimento em tempo real, por meio da internet.

23.17. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, nos mesmos horários e endereço eletrônico, anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do pregoeiro em contrário.

24. ANEXOS DO EDITAL

24.1. Constituem anexos deste edital os seguintes documentos:

- a) ANEXO I – Planilha de Preços Máximos;
- b) ANEXO II – Modelo de Apresentação de Proposta Comercial;
- c) ANEXO III – Modelo de Declaração;
- d) ANEXO IV – Termo de Referência;
- e) ANEXO V – Minuta do Contrato.

ANEXO I - Planilha de Preços Máximos

Processo Licitatório nº 21/2024

Pregão Eletrônico nº 90018/2024

ITEM					
Item	Descrição	Unid	Qtd	Valor Unitário	Valor Total
01	<p><b>a) Descrição detalhada</b></p> <p>Perda parcial do veículo: 100% FIPE</p> <p>Indenização integral: 100% FIPE</p> <p>Danos Materiais a Terceiros: R\$200.000,00 (cem mil reais);</p> <p>Danos Corporais a Terceiros: R\$200.000,00 (cem mil reais);</p> <p>Danos morais: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais);</p> <p>Acidentes pessoais por passageiros (morte, invalidez, despesas médico-hospitalares): R\$ 100.000,00 (cem mil reais). O valor da cobertura securitária de que trata este item (cem mil reais), é individualizado, ou seja, no caso da ocorrência de um dos eventos morte, invalidez, despesas médico-hospitalares não será fracionado por esses itens. Portanto, será pago de forma integral e não cumulativo, se apenas sobrevier um destes eventos; ou, no caso de ocorrer mais de uma das situações ou todas concomitantemente, no mesmo sinistro, o pagamento será o valor previsto de forma integral.</p> <p><b>b) Coberturas</b></p> <p>Valor segurado: 100% da tabela FIPE;</p> <p>Cobertura: Compreensiva</p> <p>Franquia: 25% da obrigatória</p>	Und	01	R\$ 340.957,06	R\$ 340.957,06

<p>Coberturas de vidros (para-brisas, faróis, lanternas, retrovisores)</p> <p>Detalhamento de coberturas:</p> <p>a) Danos materiais a terceiros R\$200.000,00 (duzentos mil reais);</p> <p>b) Danos corporais a terceiros R\$200.000,00 (duzentos mil reais);</p> <p>c) Danos morais: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais);</p> <p>d) Acidentes pessoais por passageiros: R\$ 100.000,00 (cem mil reais);</p> <p>d) Morte ou invalidez por passageiro e/ou motorista: R\$ 100.000,00 (cem mil reais);</p> <p>e) Assistência 24 horas;</p> <p>f) Cláusula de proteção a vidros;</p> <p>g) Serviço de guincho sem limite de quilometragem para veículos leves e limitado a 800 km para ônibus e caminhão;</p> <p>h) Carro reserva semelhante ao veículo sinistrado. Nos casos da oferta de veículo reserva em substituição ao sinistrado, o substituto será da mesma categoria do substituído. Excepcionalmente, veículos equipados com câmbio automático serão substituídos por carro reserva de câmbio mecânico, desde que guardem similaridade entre si para a execução de serviços Institucionais.</p>				
<b>Valor Total</b>				<b>R\$ 340.957,06</b>

#### **OBSERVAÇÕES:**

- 1** – Para todos os itens ofertados devem estar inclusos nos preços os custos de mão de obra para realização dos serviços;
- 2** – Em caso de divergência entre as especificações deste edital e do sistema eletrônico (Comprasnet), prevalece o que consta deste edital.
- 3** - Atualmente a frota encontra-se com um total de 117 (cento e dezessete) veículos, desse modo, o valor da Apólice cobrirá a todos de forma unificada.
- 4 - Comprovar autorização para funcionamento nos termos da seção II do capítulo VII do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966 – Sistema Brasileiro de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.**

#### **ANEXO II – Modelo de Apresentação de Proposta Comercial**

Processo Licitatório nº 21/2024

Pregão Eletrônico nº 90018/2024

<b>ITEM</b>
-------------

Item	Especificação	Marca/Modelo/ Referência	Unid	Quant	Valor Unitário	Valor Total
	Especificação completa do objeto ofertado					
<b>Valor Total</b>						

**Razão Social da licitante:**

**CNPJ nº:**

**Endereço:**

**Prazo de pagamento:** Até 30 (trinta) após a entrega da Fatura/Nota Fiscal ou documento equivalente.

**Dados bancários para pagamento:**

**Validade da Proposta:** 60 (sessenta) dias a contar da data de apresentação.

**Nome do representante que assinará o contrato:**

**CPF nº:**

**RG nº:**

**Telefone Celular/Comercial:**

**E-mail:**

**Data de apresentação da proposta:**

Declaro que esta proposta inclui todas e quaisquer despesas necessárias para fornecimento do objeto ofertado, tais como: tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais, parafiscais, seguros, fretes, mão de obra qualificada, deslocamentos e hospedagens, e demais despesas inerentes à entrega do objeto conforme especificações exigidas, inclusive os abatimentos eventualmente concedidos, e que o preço proposto corresponde, rigorosamente, às especificações do objeto ofertado, sendo de inteira responsabilidade da licitante eventuais erros nessa avaliação, não lhe cabendo solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente e demais custos que deveriam ser considerados na elaboração desta proposta.

Declaro também que esta proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de apresentação desta proposta.

Declaro ainda, que no corrente ano, não celebrei contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como Empresa de Pequeno Porte - EPP. (caso a empresa de enquadre na condição de ME/EPP)

---

**Assinatura do representante legal**

**OBS:**

1. A proposta de preços deverá ser redigida em papel timbrado da licitante, por meio mecânico ou informatizado, de forma clara e inequívoca, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, assinada na última folha e rubricada nas demais pelo titular ou representante legal da licitante, devidamente identificado, em estrita observância às especificações contidas neste edital.
2. Os preços unitários e totais deverão ser cotados com apenas DUAS casas decimais, sendo as demais desprezadas (ou seja, o arredondamento será sempre para baixo), em algarismos e por extenso, em moeda nacional.
3. A proposta apresentada e os lances formulados deverão incluir todas e quaisquer despesas necessárias para fornecimento do objeto desta licitação, tais como: tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais, parafiscais, seguros, fretes, mão de obra qualificada, deslocamentos e hospedagens e demais despesas inerentes, inclusive os abatimentos eventualmente concedidos, devendo o preço ofertado corresponder, rigorosamente, às especificações do objeto licitado, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.

**ANEXO III – Modelo de Declaração**

Processo Licitatório nº 21/2024

Pregão Eletrônico nº 90018/2024

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO Nº 22/2023–PGJ.**

AO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90018/2024 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/2024

Data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

A empresa (nome da empresa \_\_\_\_\_), CNPJ nº \_\_\_\_\_, sediada (endereço completo \_\_\_\_\_), por intermédio de seu representante legal o(a) sr(a). \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, para os devidos fins requeridos na Resolução nº 22/2023–PGJ, que não possui como sócios, gerentes, diretores ou empregados, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de servidores ocupantes de cargo em comissão ou função gratificada, ou Membros integrantes do Ministério Público do Estado de Rondônia.

Declara ainda que não utilizará, para a execução do objeto, empregados que tenham grau de parentesco, até o terceiro grau, com Membros ou servidores do MPRO.

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do Representante Legal da empresa

**ANEXO IV – Termo de Referência**

Processo Licitatório nº 21/2024

Pregão Eletrônico nº 90018/2024

**1. DO OBJETO (Art. 6º, Inciso XXIII, alínea “a” da Lei 14.133/21)**

Apólice de seguro veicular.

Cobertura securitária para 117 veículos conforme tabela em anexo.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID DE MEDIDA	QUANT
1	<b>a) Descrição detalhada</b> Perda parcial do veículo: 100% FIPE Indenização integral: 100% FIPE Danos Materiais a Terceiros: R\$ 200.000,00 (cem mil reais); Danos Corporais a Terceiros: R\$ 200.000,00 (cem mil reais);	UNID	1

	<p>Danos morais: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais);</p> <p>Acidentes pessoais por passageiros (morte, invalidez, despesas médico-hospitalares): R\$ 100.000,00 (cem mil reais). O valor da cobertura securitária de que trata este item (cem mil reais), é individualizado, ou seja, no caso da ocorrência de um dos eventos morte, invalidez, despesas médico-hospitalares não será fracionado por esses itens. Portanto, será pago de forma integral e não cumulativo, se apenas sobrevier um destes eventos; ou, no caso de ocorrer mais de uma das situações ou todas concomitantemente, no mesmo sinistro, o pagamento será o valor previsto de forma integral.</p> <p><b>b) Coberturas</b></p> <p>Valor segurado: 100% da tabela FIPE;</p> <p>Cobertura: Compreensiva</p> <p>Franquia: 25% da obrigatória</p> <p>Coberturas de vidros (para-brisas, faróis, lanternas, retrovisores)</p> <p>Detalhamento de coberturas:</p> <p>a) Danos materiais a terceiros R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais);</p> <p>b) Danos corporais a terceiros R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais);</p> <p>c) Danos morais: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais);</p> <p>d) Acidentes pessoais por passageiros: R\$ 100.000,00 (cem mil reais);</p> <p>d) Morte ou invalidez por passageiro e/ou motorista: R\$ 100.000,00 (cem mil reais);</p> <p>e) Assistência 24 horas;</p> <p>f) Cláusula de proteção a vidros;</p> <p>g) Serviço de guincho sem limite de quilometragem para veículos leves e limitado a 800 km para ônibus e caminhão;</p> <p>h) Carro reserva semelhante ao veículo sinistrado. Nos casos da oferta de veículo reserva em substituição ao sinistrado, o substituto será da mesma categoria do substituído. Excepcionalmente, veículos equipados com câmbio automático serão substituídos por carro reserva de câmbio mecânico, desde que guardem similaridade entre si para a execução de serviços Institucionais.</p>		
--	---	--	--

Obs.: Atualmente a frota encontra-se com um total de 117 (cento e dezessete) veículos, desse modo, o valor da Apólice cobrirá a todos de forma unificada.

A contratação de seguro se faz necessária em razão de viagens para atendimento dos trabalhos técnicos e administrativos do Ministério Público de Rondônia, onde há grande fluxo de veículos existentes percorrendo todo o Estado nas áreas urbanas, rodovias e estradas da zona rural. Com as viagens, os veículos acabam ficando expostos e propícios a se envolverem em sinistros, riscos inerentes como incêndios e fenômenos da natureza.

Visto que os veículos são utilizados diretamente pelos servidores da instituição em deslocamento tanto em horário diurno como noturno em todo o Estado, o intuito dessa contratação é resguardar o patrimônio público de eventuais danos e prejuízos ao erário.

Desta forma, o seguro total para os veículos propiciará a segurança necessária para o deslocamento dos servidores em suas atividades, tanto na capital como ao interior do estado, pois seguem caminhos ininterruptos sujeitos a todo tipo de sorte pela exposição ao trânsito existente atualmente, o que torna imprescindível a cobertura de seguro que trará garantia e segurança ao conduzir o automóvel. Assim, é imperativo haver uma cobertura financeira indenizatória para um patrimônio público valioso, sujeito frequentemente a perturbações incontroláveis que resultam em danos materiais e pessoais.

A nova contratação se justifica ainda pelo fato de a apólice de seguro vigente vir a expirar em 18/09/2024, não sendo passível de prorrogação, mantendo assim a necessidade que deu origem à contratação vigente.

Registre-se que os veículos da frota do MPRO possuem rastreadores, são conduzidos por motoristas de carreira da Instituição ou por servidores devidamente autorizados, e quando não estão em serviço ficam guardados em estacionamento fechado e coberto, munido de serviço de vigilância 24h (vigilante e câmeras - CFTV), nas instalações do MPRO na capital e no interior do estado.

#### **1.1. Parcelamento do Objeto (Art. 18, § 1º, VIII, Art. 40, inciso V, alínea “b”, da Lei 14.133/2021)**

A contratação atenderá o princípio do parcelamento do objeto, uma vez que se trata de item único.

#### **1.2. Bem/Serviço de Luxo (Art. 20 da Lei nº 14.133/2021)**

O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de luxo, conforme Decreto nº 10.818 de 27.09.2021.

#### **1.3. Custo Estimado (Art. 6º, Inciso XXIII, alínea “i” da Lei 14.133/21)**

A estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, constarão de documento separado e classificado, que integrará este Termo de Referência.

### **2. DA FUNDAMENTAÇÃO E NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, Inciso XXIII, alínea ‘b’, da Lei nº 14.133/2021)**

#### **2.1. Justificativa da Contratação**

A contratação dos serviços de seguro total dos 117 (cento e dezessete) veículos pertencentes à frota oficial do Ministério Público tem por finalidade garantir a prestação de serviços de seguro total dos veículos, decorrente de prejuízos causados nos casos de: roubo e furto; colisão; abaloamento; capotagem; queda de precipícios e de pontes; queda acidental, sobre o veículo, de qualquer objeto ou substâncias que dele não faça parte integrante e não esteja nele afixado; granizo, furacão; terremoto; submersão total ou parcial, prestação de serviços de socorro ou salvamento em situação decorrente de um dos riscos cobertos, bem como cobrir todos os riscos derivados da circulação do veículo segurado, indispensáveis ao salvamento e transporte do veículo até a oficina autorizada pelo fabricante do automóvel, e as indenizações ou prestação de serviços correspondentes a cada uma das coberturas do seguro.

#### **2.2. Enquadramento com Plano de Contratações Anual (PCA)**

O objeto desta contratação está devidamente previsto no “Plano de Contratações Anual”.

### **3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (Art. 6º, Inciso XXIII, alínea ‘c’, e Art. 40, § 1º, Inciso I, da Lei nº 14.133/2021).**

A descrição do objeto foi elaborada a partir de pesquisas referenciais de mercado que atendam às necessidades do MPRO, sem direcionamento de marca/modelos, observados os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança.

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, XXIII, alínea “d”, da Lei nº 14.133/21)**

#### **4.1. Sustentabilidade**

Em razão da natureza do objeto, não se aplicam exigências de sustentabilidade.

#### **4.2. Indicação de Marca/Modelo (Art. 41, Inciso I, alíneas “a”, “b”, “c” e “d” da Lei nº 14.133/21)**

Posto se tratar de serviço, não se aplica indicação de marca/modelo referencial na presente contratação.

#### **4.3. Vedação de Marca/Produto (Art. 41, Inciso III, da Lei nº 14.133/21)**

Por se tratar de serviço, não se aplica vedação de marca/modelo na presente contratação.

#### **4.4. Exigência de Amostra (Art. 17 § 3º, Art. 41 Inciso II, Art. 42 § 2º e § 3º da Lei nº 14.133/21)**

Por se tratar de serviço, não se aplica exigência de amostra na presente contratação.

#### **4.5. Subcontratação (Art. 122, § 2º da Lei nº 14.133/21)**

Não será admitida a subcontratação do objeto deste TR.

#### **4.6. Garantia da Contratação (Art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21)**

Nesta contratação haverá exigência de garantia de até 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, para contratações em geral.

#### **4.7. Vistoria (Art. 63, § 2º da Lei nº 14.133/21)**

Em razão da natureza do objeto, não se aplica a exigência de vistoria nesta contratação.

### **5. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (Arts. 6º, XXIII, Alínea “e” e Art. 40, §1º, Inciso II, da Lei nº 14.133/2021)**

#### **5.1. Prazo de Entrega/Execução**

O prazo para início da prestação dos serviços será de 48 (quarenta e oito) horas a partir do envio da assinatura do Contrato.

## **5.2. Local de Entrega/Execução**

O local de entrega/execução será no prédio sede do MPRO, situado à Rua Jamari, nº 1555, bairro Olaria, na cidade de Porto Velho – CEP: 76.801-917, no horário compreendido entre 7h e 14h, aos cuidados do servidor Ives Anes de Souza Filho – Unidade SETRANS – Ramal 63920.

## **5.3. Recebimento**

O recebimento do objeto se dará:

- a) provisoriamente: por servidor da SETRANS, a partir da data da entrega da apólice objeto do contrato, para efeito de posterior verificação dos termos pactuados;
- b) definitivamente: pela chefia da SETRANS, ou pela Comissão de Recebimento do MPRO em até cinco dias úteis após o recebimento provisório;
- c) Na hipótese de qualquer divergência aos termos pactuados, não ocorrerá o recebimento definitivo, sendo o fornecedor notificado para, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil após o recebimento da notificação, proceder à regularização, sem ônus para o MPRO, observado a disposição do art. 119 da Lei nº 14.133/2021.

## **6. DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO OBJETO (Art. 40, § 1º, Inciso III, da Lei nº 14.133/2021)**

Em razão da natureza do objeto, não se aplicam exigências de garantia e assistência técnica, que ocorrerão conforme previsto no contrato e/ou apólice.

## **7. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (Art. 6º, Inciso XXIII, alínea ‘h’, da Lei nº 14.133/2021).**

### **7.1. Forma de Seleção e Critério de Julgamento da Proposta**

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório, na modalidade pregão eletrônico, do tipo menor preço, conforme dispõem a Lei nº 14.133/2021 e Resolução nº 22/2023-PGJ.

### **7.2. Condições de Habilitação**

As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade do objeto, conforme disciplinado na Lei nº 14.133/2021 e Resolução nº 22/2023-PGJ.

### **7.3. Habilitação Técnica**

- a) Comprovar autorização para funcionamento nos termos da seção II do capítulo VII do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966 – Sistema Brasileiro de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.
- b) Comprovação de aptidão para o fornecimento de serviços similares com o objeto desta contratação por meio da apresentação de certidões ou atestados, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

## **8. DA VIGÊNCIA DA CONTRATO**

### **8.1. Vigência**

O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, prorrogável por até 10 anos, na forma dos Arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

### **8.2. Acréscimos e supressões**

8.2.1. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que o contratante, a seu critério e de acordo com sua disponibilidade orçamentária e financeira, determinar no valor inicial atualizado do objeto adjudicado, respeitados o limite de até 25% (vinte e cinco por cento).

8.2.2. Fica facultada a supressão além do limite aqui previsto, mediante acordo entre as partes, através de aditamento.

### **8.3. Reajuste**

8.3.1 Após firmado o instrumento contratual, a cada período de 12 (doze) meses, caso solicitado pela contratada, será feito reajuste do preço utilizando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, acumulado nos últimos 12 (doze) meses.

8.3.2 Havendo disparidade relevante entre o reajuste pretendido pela contratada e o IPCA, esta deverá fundamentar e justificar eventual pedido de realinhamento de preços, comprovando documentalmente que o IPCA não atende a majoração de preços dos itens contratados.

## **9. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO (Art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21)**

Abaixo a designação dos servidores que atuarão como gestores e fiscais do contrato, em conformidade às normativas vigentes e “Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos do MPRO”:

- a) Gestor: IVES ANES DE SOUZA FILHO – cadastro 42673;
- b) Gestor Substituto: LUZAIRA PEREIRA DE AGUIAR – cadastro 44227;
- c) Fiscal: TAMIRES SANTOS DA COSTA – cadastro 53325;
- d) Fiscal Substituto: LUZAIRA PEREIRA DE AGUIAR – cadastro 44227;

e) Ressalta-se que, por conveniência do MPRO, os nomes dos gestores e fiscais, e seus substitutos, poderão ser alterados a qualquer momento durante a vigência do contrato;

f) As atribuições e procedimentos de atuação dos gestores e fiscais do contrato serão realizados em conformidade ao que dispõe o “Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos do MPRO”.

## **10. DOS ASPECTOS DA CONTRATAÇÃO**

### **10.1. Obrigações Gerais do MPRO**

a) Publicar no Diário Eletrônico do MPRO o extrato da contratação;

b) Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução do objeto;

c) Prestar informações e esclarecimentos solicitados pela contratada através de seus representantes legais;

d) Notificar a contratada sobre toda e qualquer ocorrência relacionada com a contratação e quaisquer falhas ocorridas, para a imediata adoção das providências de saneamento;

e) Efetuar o pagamento da Nota Fiscal no prazo avençado, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências contratuais;

f) Deduzir e recolher na fonte os tributos pertinentes sobre os pagamentos efetuados à contratada;

g) Decidir sobre eventuais alterações necessárias acerca da contratação, nos limites permitidos por lei, para melhor adequação de seu objeto;

h) Colocar à disposição da contratada os elementos e informações necessários à execução do objeto;

i) Receber o objeto e atestar a sua Nota Fiscal correspondente, na forma estabelecida neste Termo de Referência;

j) Acompanhar, supervisionar e fiscalizar os trabalhos desenvolvidos pela contratada para execução do objeto.

#### **10.1.1. Obrigações Específicas do MPRO:**

a) Designar gestor e fiscal do contrato;

b) Solicitar inclusão e/ou exclusão de itens da lista dos veículos segurados;

c) Em caso de sinistro, efetuar o pagamento da franquia em cumprimento ao estabelecido na apólice;

d) Exercer o acompanhamento e a fiscalização por meio do gestor do contrato designado;

e) Comunicar oficialmente à Contratada quaisquer falhas verificadas na execução do contrato;

f) Proporcionar as facilidades ao seu alcance para que a Contratada possa conduzir a bom termo a execução do contrato;

g) Efetuar o pagamento da (s) Fatura (s)/nota (s) fiscal (ais)/apólice (s) no prazo estipulado, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato;

h) Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas as obrigações contratuais; e,

i) Prestar as informações referentes ao objeto deste Termo que venham a ser solicitadas pela Contratada.

j) Acionar junto à Contratada, a prestação de serviços de seguro, conforme rotinas padronizadas pelas empresas de seguro e sujeitas à legislação vigente.

### **10.2. Obrigações Gerais do Fornecedor**

a) Cumprir rigorosamente todas as condições e obrigações estabelecidas neste Termo de Referência e/ou qualquer instrumento dele advindo;

b) Entregar/executar o objeto conforme discriminado em sua proposta, de acordo com as especificações e condições exigidas na cotação, e substituindo qualquer item que, a juízo do MPRO, não esteja de acordo com o ajustado;

c) Manter, durante o período da contratação, as condições de habilitação e qualificação exigidas quando da elaboração da proposta;

d) Assumir a responsabilidade pelo pagamento dos tributos e encargos resultantes da execução do objeto;

e) Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo MPRO, solucionando de imediato todas as ocorrências relacionadas ao objeto;

f) Prestar assistência técnica, às suas expensas, durante todo o período de garantia do objeto, quando couber;

g) Assumir inteira responsabilidade por quaisquer eventuais danos ou prejuízos causados ao MPRO ou a terceiros no cumprimento do objeto;

h) Sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, por parte do MPRO, prestando todos os esclarecimentos solicitados acerca da execução do objeto;

i) Comunicar ao MPRO, por escrito, quaisquer anormalidades ocorridas durante a execução do objeto e prestar os esclarecimentos solicitados;

j) Cumprir os prazos previamente estabelecidos pelo MPRO para a execução, reparo, correção, remoção, substituição ou ressarcimento de bens e/ou serviços do objeto.

### **10.2.1. Obrigações Específicas do Fornecedor:**

- a) Seguir rigorosamente as normas constantes do Decreto-Lei nº 73/66, Sistema Brasileiro de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e seus regulamentos;
- b) Responsabilizar-se pelos danos causados, direta ou indiretamente ao MPRO ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo de seus representantes;
- c) Prestar assistência (s), serviço (s), conserto (s) e reparo (s) sob cobertura securitária objeto deste Termo, diretamente ou através de seus representantes ou empresas credenciadas, no prazo máximo de até 15 (quinze) dias úteis, a contar da data de registro da solicitação;
- d) Nas situações do item anterior, o valor relativo à franquia resultante de sinistros será creditado pelo MPRO à Contratada que fará o repasse financeiro às empresas credenciadas e respectivas prestadoras de serviços regularmente cadastradas;
- e) Executar os serviços e prestar as assistências do Ministério Público em caráter prioritário por ser de interesse público;
- f) Prestar atendimento ininterrupto devendo indicar expressamente, no ato de assinatura do contrato, linha de comunicação via telefone gratuito (0800), durante 24 horas e todos os dias, para atender aos problemas operacionais e que careçam de assistência securitária mediata e imediata, além de outros números de telefones fixos e/ou celulares, e-mail e nomes de funcionários para contato, mantendo essas informações atualizadas junto ao gestor do contrato;
- g) Solucionar de imediato os problemas operacionais securitários informados pelo gestor, fiscal ou condutores de veículos;
- h) Não veicular publicidade acerca do contrato, salvo se houver prévia autorização do MPRO;
- i) Assumir a responsabilidade pelos danos causados, direta ou indiretamente ao MPRO ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo de seus empregados ou credenciados na execução dos serviços objeto deste Termo de Referência;
- j) Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, objeto desta contratação, e por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação em vigor, assim como por todos os encargos fiscais e comerciais resultantes do objeto desta contratação;
- k) Fornecer, quando solicitado pelo MPRO, toda documentação técnica necessária ao perfeito acompanhamento dos serviços contratados;
- l) Dispor de todos os recursos humanos e materiais para atendimento das demandas nos prazos previamente estabelecidos para a execução dos serviços;
- m) Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou falhas apontadas pelo MPRO, na entrega ou execução do objeto deste Termo, bem como sanar a inobservância de cláusula contratual;
- n) Encaminhar a apólice de seguro, nos moldes definidos no item Pagamento (12.1) deste Termo;
- o) A contratada deverá observar rigorosamente as normas que regulamentam o exercício de suas atividades, cabendo-lhe inteiramente a responsabilidade por eventuais transgressões;
- p) Manter, durante a execução do contrato, todas as condições exigidas no ato da convocação para habilitação no processo licitatório.

### **11. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Art. 6º, Inciso XXIII, alínea “j” da Lei 14.133/21)**

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no “Orçamento Geral do MPRO”, conforme informação da disponibilidade orçamentária e financeira da Diretoria de Orçamento e Finanças (DOF) juntada aos autos.

### **12. DO PAGAMENTO (Art. 6º, Inciso XXIII, alínea “g” da Lei 14.133/21)**

#### **12.1. Prazo**

- a) O pagamento do objeto será realizado no prazo máximo de **30 (tinta) dias**, contados do recebimento definitivo do objeto;
- b) No caso de falhas na entrega do objeto ou na documentação do fornecedor, o prazo para pagamento será suspenso até a sua regularização.

#### **12.2. Forma**

O pagamento do objeto será realizado por meio de depósito bancário em conta corrente do fornecedor.

### **13. DAS PENALIDADES**

- a) Em caso de descumprimento, sem justa causa, das obrigações assumidas, a empresa ficará sujeita às penalidades da Lei nº 14.133/2021, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, os quais deverão ser devidamente justificados e comprovados, a critério do MPRO, resguardado o direito ao contraditório e ampla defesa.
- b) O atraso injustificado na execução do objeto ou o descumprimento das obrigações estabelecidas sujeitarão a licitante vencedora à multa de mora de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, limitado a 30 (trinta) dias, sobre o valor da parcela contratada, a qual será recolhida no prazo máximo de quinze dias, uma vez comunicada oficialmente.
- c) Transcorrido o prazo máximo de 30 (trinta) dias de atraso na entrega/execução do objeto, o MPRO poderá rescindir o contrato.

### **14. APÊNDICE**

## a) Apêndice A – Relação da Frota de Veículos e Observações Gerais

**Apêndice A – Relação da Frota de Veículos e Observações Gerais**

ITEM	E S P E C I F I C A Ç Ã O	ANO/MOD	PLACA	CHASSI	BÔNUS	CEP
1	TOYOTA SW4 SRX-AT 7LUGARES + <b>BLINDAGEM</b>	2021/2021	RSV8G05	8AJBA3FS3M0305500	1	76801- 917
2	TOYOTA SW4 SRX-AT 7LUGARES + <b>BLINDAGEM</b>	2021/2021	RSV8G15	8AJBA3FS3M0303732	1	76801- 917
3	COROLLA HIBRIDO	2022/2022	QTE8G92	9BRBY3BE9P4032613	1	76801- 917
4	COROLLA HIBRIDO	2022/2022	QTE8H02	9BRBY3BE5P4032534	1	76801- 917
5	COROLLA XEI 2.0 FLEX	2013/2013	NBS3J71	9BRBD48E1D2602879	4	76801- 917
6	COROLLA XEI 2.0 FLEX	2013/2013	NBS4A01	9BRBD48E6D2602845	4	76801- 917
7	COROLLA XEI 1.8 FLEX	2010/2010	NED3061	9BRBB48E3A5123105	9	76801- 917
8	COROLLA	2014/2015	NDT3986	9BRBDWHE2F0247909	2	76801- 917
9	COROLLA	2014/2015	NDT9206	9BRBDWHE3F0248504	4	76900- 259
10	COROLLA	2014/2015	NDU8796	9BRBDWHEXF0249374	4	76801- 917
11	COROLLA	2014/2015	NDS1366	9BRBDWHE3F0247420	4	76801- 917
12	HILUX CDLOWM4FD	2024/2024	RSV4B31	8AJDA3CD5R1837489	0	76801- 917
13	HILUX CDLOWM4FD	2024/2024	RSV4B01	8AJDA3CD4R1837483	0	76801- 917
14	HILUX CDLOWM4FD	2024/2024	RSV3J91	8AJDA3CD4R1837497	0	76801- 917
15	HILUX CDLOWM4FD	2024/2024	RSV3J71	8AJDA3CD3R1837443	0	76801- 917
16	HILUX CDLOWM4FD	2024/2024	RSV3G11	8AJDA3CDXR1837441	0	76801- 917
17	HILUX CDLOWM4FD	2024/2024	RSV3F81	8AJDA3CD2R1837482	0	76801- 917

18	HILUX SW4 SRV4X4	2013/2013	NBU0162	8AJYY59G2D6508996	6	76801- 917
19	HILUX SW4 SRV4X4	2009/2010	NCH6968	8AJYZ59GXA3038811	5	76801- 917
20	HILUX FLEX 4X2 SRV	2017/2017	NEG4513	8AJJC8DDXH0250721	4	76872- 854
21	HILUX FLEX 4X2 SRV	2017/2017	NEG4533	8AJJC8DDXH0250718	4	76801- 917
22	HILUX FLEX 4X2 SRV	2017/2018	NEB1274	8AJJC8DD1J0250810	4	76900- 259
23	HILUX FLEX 4X2 SRV	2017/2018	NEB1344	8AJJC8DDXJ0250806	4	76963- 597
24	ETIOS HATCH 1.3	2017/2018	NDP6264	9BRK19BT8J2103554	4	76801- 917
25	ETIOS HATCH 1.3	2017/2018	NDP6274	9BRK19BT1J2103802	4	76980- 000
26	HILUX CD 4X4	2011/2012	OHW7780	8AJFR22GXC4555796	6	76980- 000
27	ETIOS HATCH 1.3	2017/2018	NDP6284	9BRK19BT1J2103766	3	76997- 000
28	ETIOS HATCH 1.3	2017/2018	NDP 6294	9BRK19BT2J2103629	4	76940- 000
29	ETIOS HATCH 1.3	2017/2018	NDP 6304	9BRK19BT0J2103659	4	76801- 917
30	ETIOS HATCH 1.3	2017/2018	NDP 6324	9BRK19BT0J2103564	4	76801- 917
31	ETIOS HATCH 1.3	2017/2018	NDP 6334	9BRK19BT3J2103557	4	76868- 000
32	ETIOS HATCH 1.3	2017/2018	NDP 6344	9BRK19BT3J2103638	4	76850- 000
33	ETIOS HATCH 1.3	2017/2018	NDP 6354	9BRK19BT1J2103539	4	76801- 917
34	ETIOS HATCH 1.3	2017/2018	NDP6364	9BRK19BT2J2103680	2	76801- 917
35	ETIOS HATCH 1.3	2017/2018	NDP6374	9BRK19BT0J2103726	4	76801- 917
36	ETIOS HATCH 1.3	2017/2018	NDP7444	9BRK19BT4J2103549	4	76801- 917
37	ETIOS HATCH 1.3	2017/2018	NDP7464	9BRK19BT8J2103652	4	76963- 597
38	ETIOS HATCH 1.3	2017/2018	NDP7594	9BRK19BT5J2103737	4	76958- 000

39	HILUX CDLOWM4FD	2019/2019	OHS7721	8AJDA8CD5K1879972	4	76937-000
40	HILUX CDLOWM4FD	2019/2019	OHS7741	8AJDA8CD6K1880113	4	76801-917
41	HILUX SW4	2017/2018	NEE5664	8AJBA3FS4J0248428	4	76801-917
42	HILUX SW4	2017/2018	NEE5674	8AJBA3FS7J0248259	4	76801-917
43	L 200 TRITON HPE 3.2	2014/2015	NEF3H98	93XLNKB8TFCE07115	4	76872-854
44	NOVO GOL/1.6	2013/2013	NBR3I22	9BWAB45UXDP183671	6	76872-854
45	NOVO GOL/1.6	2013/2013	NBR3842	9BWAB45U9DP182513	6	76993-000
46	NOVO GOL/1.6	2013/2013	NBR3912	9BWAB45U2DP187116	6	76900-259
47	NOVO GOL/1.6	2013/2013	NBR4642	9BWAB45U8DP187573	6	76801-917
48	NOVO GOL/1.6	2012/2013	NBR7701	9BWAB05U6DP116395	6	76801-917
49	NOVO GOL/1.6	2012/2013	NDN4318	9BWAB05U9DT110274	6	76872-854
50	NOVO GOL/1.6	2012/2013	NDN4328	9BWAB0580DT135743	4	76801-917
51	ETIOS HB 1.3	2017/2018	QRA7618	9BRK19BTXJ2107993	4	76974-000
52	ETIOS HB 1.3	2017/2018	QRA7658	9BRK19BT3J2108046	4	76880-970
53	ETIOS HB 1.3	2017/2017	QRA7678	9BRK19BT7J2108051	4	76801-917
54	ETIOS HB 1.3	2017/2018	QRA7698	9BRK19BT3J2108001	4	76954-000
55	ETIOS HB 1.3	2017/2018	QRA7738	9BRK19BT8J2108009	4	76900-259
56	ETIOS HB 1.3	2019/2020	QRA7834	9BRK19BT1L2130436	3	76801-917
57	ETIOS HB 1.3	2017/2018	QRA7838	9BRK19BT8J2108026	4	76872-854
58	ETIOS HB 1.3	2019/2020	QRA7854	9BRK19BT1L2130436	2	76801-917
59	ETIOS HB 1.3	2017/2018	QRA7858	9BRK19BT4J2107990	4	76801-917

60	ETIOS HB 1.3	2019/2020	QRA7864	9BRK19BT1L2132896	3	76801-917
61	ETIOS HB 1.3	2019/2020	QRA7874	9BRK19BTXL2132895	3	76801-917
62	ETIOS HB 1.3	2019/2020	QRA7884	9BRK19BT2L2132972	3	76801-917
63	HILUX CDLOWM4FD	2019/2020	QRA7894	8AJDA3CD3L1811075	3	76997-000
64	HILUX CDLOWM4FD	2019/2020	QRA7924	8AJDA3CD9L1811047	3	76880-970
65	ETIOS HB 1.3	2017/2018	QRA7918	9BRK19BT2J2107857	4	76801-917
66	ETIOS HB 1.3	2017/2018	QRA8018	9BRK19BT0J2108019	4	76801-917
67	ETIOS HB 1.3	2017/2018	QRA8038	9BRK19BT2J2108071	4	76935-000
68	ETIOS HB 1.3	2019/2020	QTA3444	9BRK19BT5L2133484	3	76801-917
69	ETIOS HB 1.3	2019/2020	QTA3464	9BRK19BT1L2133496	3	76801-917
70	ETIOS HB 1.3	2019/2020	QTA 3474	9BRK19BT7L2133616	3	76890-000
71	ETIOS HB 1.3	2019/2020	QTA 3494	9BRK19BT9L2133715	3	76916-000
72	ETIOS HB 1.3	2019/2020	QTA 3504	9BRK19BT8L2133172	3	76940-000
73	ETIOS HB 1.3	2019/2020	QTA 3514	9BRK19BT4L2133475	3	76900-259
74	ETIOS HB 1.3	2019/2020	QTA 3524	9BRK19BT9L2133214	3	76890-000
75	ETIOS HB 1.3	2019/2020	QTA 3544	9BRK19BT4L2133346	3	76980-000
76	L200 TRITON 3.2 D	2012/2012	NBL2564	93XJRKB8TCCC45803	5	76950-000
77	L200 TRITON 3.2 D	2012/2013	NBP9871	93XJNKB8TDCC63284	6	76940-000
78	L200 TRITON 3.2 D	2012/2013	NBQ1651	93XJNKB8TDCC64625	6	76954-000
79	L200 TRITON 3.2 D	2012/2013	NBQ1791	93XJNKB8TDCC64626	6	76916-000
80	L200 TRITON 3.2 D	2013/2013	NBS8772	93XJNKB8TDCD65260	6	76801-917

81	L200 TRITON 3.2 D	2013/2013	NBS8782	93XJNKB8TDCD65179	6	76993-000
82	L200 TRITON 3.2 D	2013/2013	NBS8832	93XJNKB8TDCD65280	6	76974-000
83	HILUX CDLOWM4FD	2019/2020	QT 6024	8AJDA3CD9L1811307	3	76935-000
84	HILUX CDLOWM4FD	2019/2020	QTA6264	8AJDA3CD1L1811270	3	76958-000
85	HILUX CDLOWM4FD	2019/2020	QTA6284	8AJDA3CD5L1811269	3	76900-259
86	L200 TRITON 3.2 D	2012/2012	NCT0J28	93XJRKB8TCCC48466	6	76801-917
87	L200 TRITON 3.2 D	2012/2013	NDO2248	93XJNKB8TDCC53396	5	76935-000
88	L200 TRITON 3.2 D	2013/2013	OXL3D39	93XJNKB8TDCD75352	5	76801-917
89	L200 OUTDOOR	2011/2012	OHT9880	93XHNBK740CCB83775	6	76930-000
90	GOL	2014/2015	NDU2D16	9BWAB45U9FT075889	4	76930-000
91	GOL	2014/2015	NDU2356	9BWAB45U5FT075825	4	76963-597
92	GOL	2014/2015	NDU2376	9BWAB45U5FT075937	4	76950-000
93	GOL	2014/2015	NDU2386	9BWAB45U5FP111249	4	76801-917
94	GOL	2014/2015	NDU2396	9BWAB45U2FP110796	4	76970-000
95	L200 OUTDOOR	2014/2015	NEF3808	93XLNBK8TFCE07143	4	76801-917
96	L200 OUTDOOR	2014/2015	NEF3818	93XLNBK8TFCE07129	4	76801-917
97	HILUX CD 4X4	2016/2017	NDO5604	8AJDA8CD9H1871205	4	76940-000
98	HILUX CD 4X4	2016/2017	NDO5614	8AJDA8CD7H1871218	4	76801-917
99	HILUX CD 4X4	2016/2017	NDO5624	8AJDA8CD7H1871221	4	76868-000
100	HILUX CD 4X4	2016/2017	NDO5634	8AJDA8CD9H1871219	4	76801-917
101	FIAT FIORINO	2021/2021	RSU7A48	9BD2651MHM9189688	2	76801-917

102	HILUX CD DSL 4X4 SR AT	2022/2022	RSV 0A55	8AJKA3CD4N3099061	1	76872- 854
103	HILUX CD DSL 4X4 SR AT	2022/2022	RSV 0B25	8AJKA3CD4N3099027	1	76963- 597
104	HILUX CD DSL 4X4 SR AT	2022/2022	RSV 0C65	8AJKA3CD5N3099067	1	76850- 000
105	HILUX CD DSL 4X4 SR AT	2022/2022	RSV 0D35	8AJKA3CD7N3099040	1	76890- 000
106	HILUX CD DSL 4X4 SR AT	2022/2022	RSV 0H85	8AJKA3CD4N3099075	1	76970- 000
107	HILUX CD DSL 4X4 SR AT	2022/2022	RSV 0J35	8AJKA3CD4N3099058	1	76900- 259
108	HILUX CD DSL 4X4 SR AT	2022/2022	RSW 3D76	8AJKA3CD9N3100429	1	76801- 917
109	HILUX CD DSL 4X4 SR AT	2022/2022	RSW 3E06	8AJKA3CD6N3100680	1	76980- 000
110	HILUX CD DSL 4X4 SR AT	2022/2022	RSW 3E36	8AJKA3CD6N3100677	1	76801- 917
111	HILUX CD DSL 4X4 SR AT	2022/2022	RSW 3E46	8AJKA3CD6N3100291	1	76801- 917
112	HILUX CD DSL 4X4 SR AT	2022/2022	RSW 3E76	8AJKA3CD2N3099964	1	76801- 917
113	HILUX CD DSL 4X4 SR AT	2022/2022	RSW 3E96	8AJKA3CD3N3100426	1	76801- 917
114	HILUX CD DSL 4X4 SR AT	2022/2022	RSW 3F16	8AJKA3CDXN3100469	1	76801- 917
115	HILUX CD DSL 4X4 SR AT	2022/2022	RSW 3F26	8AJKA3CD1N3100621	1	76801- 917
116	HILUX CD DSL 4X4 SR AT	2022/2022	RSW 3F46	8AJKA3CD7N3100753	1	76890- 000
117	FORD TRANSIT 460 B	2023/2024	QTJ6C31	WF0JTTBF9RU011547	0	76801- 917

## OBSERVAÇÕES GERAIS

Informamos que em nossa frota constam 02 (dois) veículos blindados, cuja informação da blindagem está devidamente registrada no Documento Único de Transferência (DUT), no que diz respeito ao valor a ser considerado para efeitos de seguro, o valor correspondente à blindagem individualizado dos veículos será de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais).

É importante ressaltar que nos últimos 02 (dois) anos, não ocorreram sinistros envolvendo esses veículos, exceto pela substituição de para-brisas durante deslocamentos.

Os veículos segurados são destinados para uma variedade de serviços, incluindo atividades administrativas, viagens, deslocamentos, fiscalizações e outras atividades correlatas ao Ministério Público do Estado de Rondônia (MPRO).

Informamos também que o MPRO é isento de determinadas taxas, conforme previsto no Decreto Nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007.

Não possuímos veículos adquiridos em leilão em nossa frota a ser segurada, e todos os veículos têm o licenciamento anual obrigatório regularizado.

Além disso, não há nenhum veículo que tenha passado por transformações ou alterações em suas características entre os veículos a serem segurados. A categoria mencionada nos Certificados de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV) é oficial, e as placas estão em conformidade com as categorias informadas nos mesmos.

É importante notar que entre os veículos a serem segurados, não há nenhum destinado ao uso policial e/ou de escolta armada, apenas usados em caráter investigativo.

Até o momento, nenhum dos veículos a ser segurado encontra-se parado em oficina ou por qualquer outro motivo, como sinistros, reparos ou manutenção, que possa comprometer sua utilização.

Após a licitação, a seguradora vencedora terá a oportunidade de vistoriar os veículos, sem que isso acarrete qualquer alteração no valor acordado.

#### **ANEXO V – Minuta do Contrato**

Processo Licitatório nº 21/2024

Pregão Eletrônico nº 90018/2024

\* MODELO DE DOCUMENTO

#### **CONTRATO Nº \_\_\_\_/2024/MPRO**

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE SEGUROS PARA COBERTURA DOS VEÍCULOS DA FROTA INSTITUCIONAL, EM QUE SÃO PARTES O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA E A EMPRESA \_\_\_\_\_.**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA**, com sede na Av. Jamari, nº 1555, bairro Olaria, Porto Velho/RO, inscrito no CNPJ sob o nº 04.381.083/0001-67, neste ato representado por seu Subprocurador-Geral de Justiça Administrativo, Héverton Alves de Aguiar, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, com sede a \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_, neste ato representada por \_\_\_\_\_, portador (a) do RG nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, doravante denominada **CONTRATADA**, têm entre si ajustado o presente contrato **para prestação de serviços de seguros para cobertura dos veículos da frota do Ministério Público do Estado de Rondônia**, conforme Lei Complementar nº 123/2006, Leis Federais nº 14.133/2021 e nº 12.846/2013, Lei Estadual nº 2.414/2011, Decreto Estadual nº 28.874/2024, Resoluções nº 16/2023-PGJ e nº 22/2023-PGJ, Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022 e legislações pertinentes, Processo Licitatório nº 21/2024, Pregão Eletrônico nº 90018/2024, com sessão realizada em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2024, partes integrantes deste termo, com tratativas no processo SEI nº 19.25.110001003.0004690/2024-70, mediante as cláusulas e condições a seguir:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O objeto do presente contrato consiste na prestação de serviços de seguros para cobertura dos veículos da frota institucional, para atender às necessidades do **CONTRATANTE**, conforme descrito no anexo único deste instrumento contratual.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO**

O prazo de vigência deste Contrato é de 12 (doze) meses, contado da assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO, PAGAMENTO E REAJUSTE**

O valor do presente contrato é de R\$ \_\_\_\_\_ e o pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega do objeto, com recebimento definitivo, por meio de depósito bancário em conta corrente do fornecedor e, mediante a apresentação da seguinte documentação:

- a) Nota Fiscal/Fatura discriminativa, em via única, devidamente atestada;
- b) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- c) Certidão de Regularidade de FGTS;
- d) Certidão de quitação de Tributos Estaduais e Municipais, do domicílio ou sede da **CONTRATADA**;
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

§1º Para fins do disposto neste subitem serão admitidas certidões positivas com efeito de negativa.

§2º As certidões previstas nas alíneas “b” a “e” do *caput* poderão ser consultadas pelo próprio **CONTRATANTE**, por meio da internet.

§3º Caso a **CONTRATADA** se encontre pendente de liquidação de qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a Administração poderá rescindir o contrato.

§4º A **CONTRATADA** fica obrigada a consignar o número da inscrição do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia – TCE/RO junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ - 04.801.221/0001-10) na Nota Fiscal eletrônica (NF-e), conforme exigência da Lei Estadual nº 3.490, de 23 de dezembro de 2014.

§5º A inscrição do CNPJ do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia pode ser incluída no campo "Observações" ou "Dados Adicionais/Informações Complementares" da Nota Fiscal.

§6º Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a licitante vencedora não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

**EM** = Encargos moratórios.

**N** = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

**VP** = Valor da parcela a ser paga.

**I** = Índice de compensação financeira = 0,00032876, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{100} \cdot I = \frac{(12/100)}{365} \cdot I = 0,00032876$$

365 365

**TX** = Percentual da taxa anual = 12%.

§7º Em caso de não aprovação da Nota Fiscal, por motivo de incorreção, rasuras ou imprecisão, será ela devolvida à **CONTRATADA** para a devida regularização, caso em que o prazo referido *caput* passará a fluir após a reapresentação da Nota Fiscal devidamente corrigida.

§8º Após firmado o instrumento contratual, a cada período de 12 (doze) meses, caso solicitado pela **CONTRATADA**, será feito reajuste do preço utilizando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, acumulado nos últimos 12 (doze) meses.

§9º Havendo disparidade relevante entre o reajuste pretendido pela **CONTRATADA** e o IPCA, esta deverá fundamentar e justificar eventual pedido de realinhamento de preços, comprovando documentalmente que o IPCA não atende a majoração de preços dos itens contratados.

### **CLÁUSULA QUARTA - DA PRESTAÇÃO DE GARANTIA**

Fica a **CONTRATADA** obrigada a prestar garantia, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, em uma das modalidades previstas no § 1º do citado artigo, ficando retida até o término dos serviços.

§ 1º Caberá à **CONTRATADA** optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

b) seguro-garantia;

c) fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;

d) Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

§ 2º Caso opte por uma das modalidades previstas nas alíneas “a” e “c” do parágrafo anterior, a **CONTRATADA** deverá prestar a respectiva garantia no prazo de 15 (quinze) dias a partir do recebimento da ordem de serviço ou nota de empenho.

§ 3º Caso a **CONTRATADA** opte pela modalidade prevista na alínea “b” do § 1º, esta deverá prestar a respectiva garantia no prazo de 01 (um) mês contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, conforme previsto no artigo 96, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes da execução do presente objeto correrão por conta do Programa de Trabalho nº 29.012.03.122.1280.2002, Natureza de Despesa nº 33.90.39.69.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar os acréscimos e supressões que o **CONTRATANTE**, a seu critério e de acordo com sua disponibilidade orçamentária e financeira, determinar, no valor inicial atualizado do objeto adjudicado, respeitado o limite de até 25% (vinte e cinco por cento) previsto no artigo 125 da Lei nº 14.133/2021.

Parágrafo único. Fica facultada a supressão além do limite aqui previsto, mediante acordo entre as partes, através de aditamento.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

As obrigações do **CONTRATANTE**, são aquelas previstas no item 10.1 do ANEXO IV – Termo de Referência do Edital nº (xxxxxxx), bem como no item 20.3 do mesmo edital.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

As obrigações da **CONTRATADA** são aquelas previstas no item 10.2 do ANEXO IV – Termo de Referência do Edital nº (xxxxxxx), bem como no item 20.1 do mesmo edital.

#### **CLÁUSULA NONA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

No processo de aplicação de sanções, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, facultada defesa prévia do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da respectiva intimação.

§ 1º Pela prática de infrações administrativas, o **CONTRATANTE** poderá, nos termos do artigo 156 da Lei nº 14.133/2021, aplicar à **CONTRATADA** as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública do Estado de Rondônia; e
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

§ 2º A sanção de advertência será aplicada exclusivamente quando a **CONTRATADA** der causa à inexecução parcial do contrato.

§ 3º A **CONTRATADA** que der causa à inexecução parcial do contrato também estará sujeita à multa de mora de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, limitado a 30 (trinta) dias, sobre o valor do contrato, a qual será recolhida no prazo máximo de quinze dias, uma vez comunicada oficialmente.

§ 4º Transcorrido o prazo máximo de 30 (trinta) dias de atraso, o **CONTRATANTE** poderá extinguir o contrato.

§ 5º Será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total, ou em caso de negativa de assinatura do termo contratual por parte da licitante vencedora, a ser recolhida no prazo de quinze dias, contado da comunicação oficial.

§ 6º A **CONTRATADA** que der causa à inexecução total ou parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; não entregar a documentação exigida neste termo; não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, no âmbito do Estado de Rondônia, pelo prazo de até 03 (três) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste contrato e cominações legais aplicáveis.

§ 7º A declaração de inidoneidade será aplicada quando constatada má-fé, ação maliciosa e premeditada em prejuízo do **CONTRATANTE**, atuação com interesses escusos, reincidência em faltas que acarretem prejuízo ao **CONTRATANTE** ou aplicações anteriores de sucessivas outras sanções, implicando proibição da **CONTRATADA** penalizada de transacionar com a Administração Pública, podendo ainda ser aplicada, dentre outros casos, quando:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

d) praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

e) demonstrar, a qualquer tempo, não possuir idoneidade para licitar ou contratar com o **CONTRATANTE**, em virtude de atos ilícitos praticados;

f) reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução do objeto, sem consentimento prévio do **CONTRATANTE**;

g) houver ocorrência de ato capitulado como crime pela Lei nº 14.133/2021, praticado durante o procedimento licitatório, que venha ao conhecimento do **CONTRATANTE** após a assinatura do Contrato; e

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

§ 8º A declaração de inidoneidade também será aplicada na ocorrência das infrações previstas no §6º deste contrato, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar.

§ 9º A declaração de inidoneidade impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 10. As sanções estabelecidas nas alíneas “a”, “b” e “c” do §1º deste contrato são da competência do Secretário-Geral do **CONTRATANTE**.

§ 11. A sanção estabelecida na alínea “d” do §1º deste contrato é da competência do Procurador-Geral de Justiça, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis da abertura de vista.

§ 12. A aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do §1º deste termo contratual requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a **CONTRATADA** para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

§ 13. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, a **CONTRATADA** poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

§ 14. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

§ 15. É admitida a reabilitação da **CONTRATADA** perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;

b) pagamento da multa;

c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo; e

e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste parágrafo.

§ 16. A sanção aplicada por apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou por prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato, bem como pela prática de ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846/2013, exigirá, como condição de reabilitação da **CONTRATADA**, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

§ 17. As sanções de multa podem ser aplicadas acompanhadas de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, descontando-a do pagamento a ser efetuado.

§ 18. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a **CONTRATADA** fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da **CONTRATADA** o valor devido será abatido da garantia, quando houver. Sendo a garantia insuficiente, o valor será cobrado administrativa e/ou judicialmente.

§ 19. As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF e no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep).

§ 20. Serão remetidas cópias dos processos administrativos dos fornecedores que sofrerem sanção administrativa passível da inserção no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual à Controladoria Geral do Estado de Rondônia, nos termos da Lei nº 2.414/2011.

## **CLÁUSULA DÉCIMA - DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO**

Reserva-se ao **CONTRATANTE** o direito de revogar o presente contrato em razão de interesse público decorrente de fato superveniente, relacionado ao objeto contratado.

Parágrafo único. O presente contrato poderá ser anulado, no todo ou em parte, a qualquer tempo, pela simples constatação de fato superveniente, no caso de surgimento de vícios insanáveis, fato que não gerará direito a indenização, salvo se verificada a hipótese do artigo 149, da Lei nº 14.133/2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO**

O contrato poderá ser extinto na forma e na ocorrência de qualquer das hipóteses dos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES**

Para todos os efeitos, independentemente de transcrição, integram o presente contrato o Edital nº 1725917/2024/CPL ( ), relativo ao Processo licitatório nº 21/2024 (19.25.110001003.0004690/2024-70), incluindo todos os seus anexos; Termo de Referência 7 (anexo ao edital); a proposta vencedora, as atas de abertura e julgamento da documentação e das propostas, o instrumento legal que outorga poderes ao representante da **CONTRATADA**, bem como a Minuta Contratual (1731379).

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS**

Os casos não previstos expressamente neste Contrato serão dirimidos por acordo entre as partes, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e na ausência de previsão deste diploma legal valerão as regras de contratos do direito privado, conforme expresso no art. 89 daquele instrumento normativo.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO**

Fica eleito o foro de Porto Velho/RO, preterido qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas deste Contrato.

Assim ajustadas, mediante assinatura digital pelas partes e por 2 (duas) testemunhas.

Porto Velho/RO, xx de julho de 2024.

(Assinado eletronicamente)

**HÉVERTON ALVES DE AGUIAR**  
Subprocurador-Geral de Justiça Administrativo  
CONTRATANTE

(Assinado eletronicamente)

Representante legal  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

**ANEXO ÚNICO**

**Planilha de Preços Máximos**  
Processo Licitatório nº 21/2024  
Pregão Eletrônico nº 90018/2024

ITEM					
Item	Descrição	Unid	Qtd	Valor Unitário	Valor Total
01	<b>a) Descrição detalhada</b> Perda parcial do veículo: 100% FIPE Indenização integral: 100% FIPE Danos Materiais a Terceiros: R\$200.000,00 (cem mil reais); Danos Corporais a Terceiros: R\$200.000,00 (cem mil reais);	Und	01	R\$	R\$

<p>Danos morais: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais);</p> <p>Acidentes pessoais por passageiros (morte, invalidez, despesas médico-hospitalares): R\$ 100.000,00 (cem mil reais). O valor da cobertura securitária de que trata este item (cem mil reais), é individualizado, ou seja, no caso da ocorrência de um dos eventos morte, invalidez, despesas médico-hospitalares não será fracionado por esses itens. Portanto, será pago de forma integral e não cumulativo, se apenas sobrevier um destes eventos; ou, no caso de ocorrer mais de uma das situações ou todas concomitantemente, no mesmo sinistro, o pagamento será o valor previsto de forma integral.</p> <p><b>b) Coberturas</b></p> <p>Valor segurado: 100% da tabela FIPE;</p> <p>Cobertura: Compreensiva</p> <p>Franquia: 25% da obrigatória</p> <p>Coberturas de vidros (para-brisas, faróis, lanternas, retrovisores)</p> <p>Detalhamento de coberturas:</p> <p>a) Danos materiais a terceiros R\$200.000,00 (duzentos mil reais);</p> <p>b) Danos corporais a terceiros R\$200.000,00 (duzentos mil reais);</p> <p>c) Danos morais: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais);</p> <p>d) Acidentes pessoais por passageiros: R\$ 100.000,00 (cem mil reais);</p> <p>d) Morte ou invalidez por passageiro e/ou motorista: R\$ 100.000,00 (cem mil reais);</p> <p>e) Assistência 24 horas;</p> <p>f) Cláusula de proteção a vidros;</p> <p>g) Serviço de guincho sem limite de quilometragem para veículos leves e limitado a 800 km para ônibus e caminhão;</p> <p>h) Carro reserva semelhante ao veículo sinistrado. Nos casos da oferta de veículo reserva em substituição ao sinistrado, o substituto será da mesma categoria do substituído. Excepcionalmente, veículos equipados com câmbio automático serão substituídos por carro reserva de câmbio mecânico, desde que guardem similaridade entre si para a execução de serviços Institucionais.</p>				
<b>Valor Total</b>				<b>R\$</b>



Documento assinado eletronicamente por **Tiago Lopes Nunes, Secretário-Geral**, em 04/07/2024, às 10:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mpro.mp.br/verifica.php> informando o código verificador **1733868** e o código CRC **DCC4AE5D**.

---

---

19.25.110001003.0004690/2024-70